



INFRA S.A.
ASSEMBLEIA GERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA
PRESIDÊNCIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Documento nº 9310740/2025/SULIC-INFRASA/DIRAF-INFRASA/PRESI-INFRASA/DIREX-INFRASA/CONSAD-INFRASA/AG-INFRASA

Brasília, na data da assinatura.

Processo nº 50050.006580/2024-15

Interessado: Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial, Gerência de Licenciamento Ambiental

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
EDITAL Nº 027/2024

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia consultiva especializada para execução dos serviços de **Revisão de Plano de Trabalho do PBA-CI, Atualização da Matriz do ECI e Elaboração do PBA-CI do Complexo Xavante**, bem como **Revisão do Plano de Trabalho do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena - PT PBA-CI, Atualização da Matriz de Impactos do Estudo do Componente Indígena - ECI do Complexo Xingu**, já especificadas nos Estudos de Componente Indígena - ECI Xavante (8905868) e Xingu (8974494), conforme as especificações do Edital e de seus Anexos.

LICITANTE CLASSIFICADO EM 3º LUGAR:

1 - **MRS ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA**, CNPJ: 94.526.480/0001-72;

Valor da Proposta Registrada: R\$ 4.412.841,39

1. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Requisito	Atendimento	Análise
6.1 - Ramo de atividade compatível com o objeto da contratação.	Sim	

Requisito	Atendimento	Serviços de Engenharia Certidão (ões)_MRS (SEI nº 9310462) Documento de Habilitação_MRS (SEI nº 9313898)
6.2 - Constituída como pessoa jurídica.	Sim	
6.3 - As empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil que desejarem participar do processo licitatório deverão atender a todas as exigências do Edital mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre, no momento da licitação.	N/A	-
6.4 - As empresas estrangeiras que não funcionem no País, em regra, devem ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.	N/A	-
6.10. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO:		
6.10.1 - A empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios pertençam, ainda que parcialmente, de empresa do mesmo grupo, ou em mais de 01 (uma) empresa que esteja participando desta licitação, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;	Sim	Certidão (ões)_MRS (SEI nº 9310462) Documento de Habilitação_MRS (SEI nº 9313898) Declaração Unificada (SEI nº 9313898), pág. 4 a 7 Não foram encontrados impedimentos diretos e indiretos.
6.10.2 - A empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Infra S. A.;	Sim	
6.10.3 - Empresa suspensa de licitar e contratar com a Infra S. A.;	Sim	
6.10.4 - Empresa declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;	Sim	
6.10.5 - Empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;	Sim	
6.10.6 - Empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;	Sim	
6.10.7 - Empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;	Sim	
6.10.8 - Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;	Sim	
6.10.9 - Empresa que tenha sofrido decretação de falência, dissolução, concurso de credores, ou insolvência, bem como que esteja em processo de liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial e não apresente Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e com a recuperação já deferida, conforme Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU;	Sim	Certidão (ões)_MRS (SEI nº 9310462), pág. 52. Certidão TJDF, emitida em 02/01/2025 e válida até 01/02/2025. Documento de Habilitação_MRS (SEI nº 9313898) Certidão TJDF emitida 10/01/2025 e válida até 09/02/2025
6.10.10 - Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Infra S. A. há menos de 6 (seis) meses;	Sim	Certidão (ões)_MRS (SEI nº 9310462) Documento de Habilitação_MRS (SEI nº 9313898)
6.10.11 - Pessoa física com relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente ou empregado da Infra S. A., cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação, ou com autoridade do Ministério dos Transportes;	Sim	

Requisito	Atendimento	Declaração Unificada (SEI nº 9313898), ^{Análise} pag. 4 a 7
6.10.12 - Empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;	Sim	Não foram encontrados impedimentos diretos e indiretos.
6.10.13 - Possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objeto incompatível com a presente licitação;	Sim	
6.11.a - Regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;	Sim	Certidão (ões)_MRS (SEI nº 9310462) Documento de Habilitação_MRS (SEI nº 9313898)
6.11.b - Regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;	Sim	
6.11.c - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;	Sim	
6.11.d - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP;	Sim	
6.11.e - Certidão Negativa de Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União – CNI/TCU;	Sim	
6.11.1 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).	Sim	
6.14. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:		
<p>6.14.1 - As ME/EPP deverão apresentar comprovação de enquadramento em um dos regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.</p> <p>6.14.1.1. Como condição para aplicação do tratamento diferenciado, a Comissão consultará o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores recebidos pela ME/EPP, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em caso de início de atividade no exercício considerado.</p> <p>6.14.1.2. A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se os valores recebidos até o mês anterior ao da sessão pública da licitação extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento).</p> <p>6.14.1.3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolar o limite legal, a Comissão indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo das penalidades descritas neste edital.</p> <p>6.14.1.4. A Comissão poderá exigir, além da Declaração de ME/EPP registrada na junta Comercial, a Demonstração de Resultado de Exercício – DRE para fins de confirmação da Receita Bruta auferida no exercício anterior.</p>	N/A	Empresa de Grande Porte

2. PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Requisito	Atendimento	Análise
6.15.1 - Poderão participar da presente licitação empresas ou associações constituídas sob forma de consórcio, formado por até 3 (três) empresas , de acordo com as disposições constantes do Termo de Referência /Projeto Básico de cada grupo.	N/A	Empresa isolada

Requisito	Atendimento	Análise
<p>6.15.2 - As empresas ou associações constituídas sob forma de consórcio deverão apresentar o compromisso público ou particular de Constituição de Consórcio subscrito pelos consorciados, discriminando e determinando:</p> <p>a) A empresa líder do Consórcio, que será responsável pelo cumprimento das obrigações das consorciadas e pela operação do Sistema;</p> <p>b) Conferir à líder amplos poderes para representar as consorciadas no procedimento licitatório e de Contrato, receber o preço do Serviço, dar quitação, responder administrativamente e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;</p> <p>c) Regular a participação de cada consorciada na execução dos serviços, bem como a participação percentual de cada consorciada no Preço;</p> <p>d) As obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles, tanto na fase da licitação quanto na de execução do contrato dela eventualmente decorrente;</p> <p>e) Compromisso dos consorciados de que não se constituem nem se constituirão, para os fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria diferente da de seus integrantes;</p> <p>f) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva;</p> <p>g) Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo quando expressamente autorizado e atestado pelo Gestor do Contrato ou autoridade superior.</p>	N/A	
6.15.3 - As empresas ou associações constituídas sob a forma de consórcio deverão apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital por parte de cada consorciado.	N/A	
6.15.4 - Para efeito de qualificação econômico-financeira, cada consorciado deverá comprovar sua qualificação na proporção de sua respectiva participação, com o acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para os licitantes consorciados, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos em sua totalidade por ME/EPP.	N/A	
6.15.5 - Para efeito de qualificação técnica, será válido o somatório dos quantitativos de cada consorciado ou a apresentação isolada por um único consorciado. Neste último caso, a consorciada ficará impedida de retirar-se do consórcio.	N/A	
6.15.6 - No caso de consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.	N/A	
6.15.7. A líder do consórcio será a representante junto à CPL para os efeitos de comunicações, diligências ou avisos, seja ao consórcio ou a consorciada, e deverá deter poderes específicos para receber as instruções em nome de todos os demais membros.	N/A	

3. PROPOSTA DE PREÇOS

Requisito	Atendimento	Análise
11.1 - Proposta emitida em documento timbrado que identifique o licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por seu representante legal ou procurador, com indicação do número da cédula de identidade, órgão emissor, número de CPF e cargo por ele ocupado na empresa.	Sim	Proposta de Preço_MRS (SEI nº 9313897)
11.1.a - O número do Edital, data e hora da sua realização.	Sim	
11.1.b - O nome, a razão social da licitante, CNPJ, endereço, telefones, fax, endereços eletrônicos e funcionário de contato.	Sim	
11.1.c - As especificações detalhadas do(s) bem(ns)/serviço(s) ofertado(s).	Sim	
11.1.d - O prazo de validade não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da licitação. 11.2. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta, considerar-se-á o prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos para efeito de julgamento.	Sim	
11.1.e - O preço ofertado deverá ser expresso em REAL (R\$), limitado a 02 casas decimais, devendo ser desprezadas as demais.	Sim	
11.1.f - Para fins de cálculo das planilhas, somente serão consideradas 2 (duas) casas decimais, sendo as demais desconsideradas, não sendo permitido o arredondamento. A licitante deverá “truncar” a planilha de preços de modo a evitar dízimas que culminem em erros de cálculo.	Sim	
11.1.g - Os dados bancários para recebimento (pagamento) em nome da licitante: Nome e número do Banco, agência e conta corrente.	Sim	
11.1.h -Eventuais Memórias de Cálculo que se fizerem necessárias, caso solicitado;	Sim	
11.1.i - Proposta digitalizada, devidamente assinada pelo representante da empresa e a planilha em meio editável (excel)	Sim	
11.1.j - Planilha de Custos Unitários	Sim	
11.1.k - Composição de BDI	Sim	
11.1.l - Demonstrativo da Composição do Preço Orçado indicando as despesas fiscais, o detalhamento dos custos administrativos e das despesas indiretas	Sim	
12.3. Consideram-se inexequíveis as propostas com valor global inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores. 12.3.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela Infra S. A.; ou 12.3.2. Valor do orçamento estimado pela Infra S. A. 12.5. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do valor orçado, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis no Instrumento Convocatório, em conformidade com o § 6º, do art. 44 do Regulamento de Licitações e Contratos da Infra S.A., assim calculada: [(Valor Estimado X 80%) - Valor da Proposta] = Valor a ser Garantido na Garantia Adicional. 12.6. A Comissão de Licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada. 12.7. A Comissão conferirá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta por meio de diligência realizada no curso do procedimento licitatório.	N/A	

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Requisito	Atendimento	Análise
Habilitação Jurídica		
13.2.1 - Documento de Identificação contendo todos os dados dos responsáveis legais da proponente.	Sim	Certidão (ões)_MRS (SEI nº 9310462) Documento de Habilitação_MRS (SEI nº 9313898)
13.2.2. No caso de empresário individual : Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis na Junta Comercial da respectiva sede.	N/A	N/A
13.2.3. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU : Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente publicados e acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.	N/A	Certidão (ões)_MRS (SEI nº 9310462) Documento de Habilitação_MRS (SEI nº 9313898)
13.2.4. No caso de sociedade simples : Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.	N/A	N/A
13.2.5. No caso de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) : Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME/EPP, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC. Caso julgue necessário, o Presidente da CPL poderá solicitar a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE para fins de aferição da Receita Bruta.	Sim	
13.2.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País : decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.	N/A	N/A
13.2.7. Procuração por instrumento público , comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por diretor(es) com poderes estatutários para firmar compromisso.	N/A	N/A
13.2.8. Compromisso de Constituição do Consórcio , se for o caso e nos termos deste Edital.	N/A	N/A
13.4. Regularidade Fiscal		
13.4.1. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e	Sim	Certidão (ões)_MRS (SEI nº 9310462) Documento de Habilitação_MRS (SEI nº 9313898)
13.4.2. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.	Sim	
13.5. Qualificação Econômico-Financeira		

Requisito	Atendimento	Análise
<p>13.5.1 - Certidão negativa de pedido de falência, recuperação ou liquidação judicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida por Cartório Distribuidor Judicial do domicílio ou sede do licitante, expedida em data não superior a 120 (cento e vinte) dias e dentro da validade. Caso não conste validade expressa, entende-se válida as certidões emitidas nos últimos 120 (cento e vinte) dias. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/05, sob pena de inabilitação, devendo, ainda comprovar todos os demais requisitos de habilitação.</p>	Sim	<p>Certidão (ões)_MRS (SEI nº 9310462), pág. 52. Certidão TJDFT, emitida em 02/01/2025 e válida até 01/02/2025. Documento de Habilitação_MRS (SEI nº 9313898) Certidão TJDFT emitida 10/01/2025 e válida até 09/02/2025</p>
<p>13.5.2. Demonstração Financeira (Balanço Patrimonial acompanhado das Notas Explicativas - NE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.</p> <p>a) No caso de Sociedade Anônima, a demonstração financeira deverá ser apresentada na forma de publicação em órgão da imprensa público ou privado de acordo com a legislação vigente.</p> <p>b) A demonstração financeira deverá estar registrada na Junta Comercial ou órgão equivalente, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e pelo contador responsável ou profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;</p> <p>c) A demonstração financeira poderá ser apresentada por meio do SPED, nos termos do Decreto nº 8.683/2016. Caso a licitante opte pela apresentação por meio do SPED, deverá enviar:</p> <p>13.5.2.1. O Balanço Patrimonial completo, contendo o termo de abertura e encerramento;</p> <p>13.5.2.2. Recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital - ECD junto à Receita Federal; e</p> <p>13.5.2.3. Notas Explicativas.</p> <p>13.5.3. Conforme RILC/INFRA, com base nos dados extraídos da Demonstração Financeira apresentada, será avaliada a capacidade financeira da empresa, da seguinte forma, acumuladamente:</p> <p>13.5.3.1. Comprovar possuir patrimônio líquido de 10% do valor estimado para a contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data pelo índice oficial (IGP-DI), devendo, neste caso, ser apresentada a respectiva memória de cálculo.</p> <p>13.5.3.2. E, acumuladamente, Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), necessariamente maiores ou iguais a 1,00 (um inteiro), onde, no caso de consórcio, deverão ser comprovados isoladamente, e serão</p>	Sim	<p>Relatório Financeiro SEI nº 9314640</p> <p>Balanço 2023 registrado na junta comercial - SEI nº 9310462</p> <p>CS = R\$ 3.700.000,00 PL = R\$ 12.940.620,21 LG = 2,32 SG = 3,01 LC = 3,29</p>

<p>apurados mediante as seguintes fórmulas:</p> <p>Requisito</p> <p>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</p>	<p>Atendimento</p>	<p>Análise</p> <p>Valor estimado: R\$ 4.796.566,73</p>
<p>LG = -----</p> <p>-----;</p> <p>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</p> <p>Ativo Total</p> <p>SG = -----</p> <p>-----;</p> <p>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</p> <p>Ativo Circulante</p> <p>LC = -----; e</p> <p>Passivo Circulante</p> <p>13.5.3.3. Se necessária a atualização do Balanço e do Patrimônio Líquido, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente.</p> <p>13.5.3.4. Em se tratando de consórcio:</p> <p>a) Fica estabelecido o acréscimo de 30% dos valores exigidos para a licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos em sua totalidade por micro e pequenas empresas.</p> <p>b) O percentual de participação da consorciada será aplicado sobre o seu próprio capital social ou patrimônio líquido, sendo o resultado somado e confrontado com o capital social ou patrimônio líquido mínimo exigido para o consórcio.</p> <p>c) Os índices deverão ser comprovados isoladamente.</p> <p>13.5.3.5. Comprovar possuir o Saldo Disponível (SD) que indique a capacidade de crescimento da atividade operacional da empresa maior que zero, resultante da aplicação da seguinte fórmula:</p> <p>SD = CCL – NIG</p> <p>SD = Saldo Disponível;</p> <p>CCL = Capital Circulante Líquido = Ativo circulante – passivo circulante;</p> <p>NIG = Necessidade de Investimento de Giro = ativo circulante operacional – passivo circulante operacional.</p>		<p>10 % = R\$ 479.656,67</p> <p>SD: R\$ 192.168,99</p> <p>CCL: R\$ 10.374.802,00</p> <p>NIG: R\$ 10.182.633,01</p>
14.6. Qualificação Técnica		
14.6.1. Qualificação Técnica Operacional	Sim	
14.6.2. Qualificação Técnica Profissional	Não	<p>A licitante não comprovou qualificação técnica profissional completa mesmo após a realização de 2 diligências, conforme análise da SUGAT/DIREM registrada na Planilha <u>Análise_Qualificação_Técnica_3ª Colocada</u> (SEI nº 9359008) e Ofício 69 (SEI nº 9350094). O profissional antropólogo não comprou 10 anos de experiência em infraestrutura de transportes em desacordo com o item 6.6.2.4 do Projeto Básico.</p>
14.7. Declarações		
14.7.1. - Declaração Unificada, conforme Anexo II deste Edital.	Sim	Declaração Unificada (SEI nº 9313898), pág. 4 a 7

